

Ambiguidade entre as contas empresariais e pessoais: um estudo de caso em uma empresa do ramo alimentício na cidade de Ponta Grossa-PR

Tayrine Milene de Freitas da Luz (UEPG) tayrinemilene@gmail.com
Vanessa Mudrick Barbosa (UEPG) vanessamudrick025@gmail.com

Resumo:

O trabalho retrata o funcionamento do setor financeiro principalmente em pequenas empresas, destacando a importância da correta gestão desses recursos. Além disso, sintetiza o princípio da entidade em confronto com as dificuldades enfrentadas pelos donos para obedecer a esse preceito. Um dos principais fatores para que isso aconteça é que algumas empresas não buscam a maximização dos lucros, essa forma de gestão impacta diretamente em sua estrutura financeira. Trazendo para a prática, buscou-se questionar a dona de uma micro empresa e durante a entrevista pode-se perceber o desajuste do princípio da entidade na forma de gestão de seu estabelecimento.

Palavras-chave: Finanças, pequenas empresas, patrimônio.

Ambiguity between business and personal accounts: a case study in a company of the food sector in the city of Ponta Grossa - PR

Abstract

The work depicts the financial sector activity especially in small business, emphasizing the importance of the correct management of this resources. Furthermore, it synthesizes the Entity's principle in confrontation with the difficulties faced by the owners to follow this precept, one of the main factors that make this happen is that some business don't look for the profit maximization, this way of management impacts directly in its financial structure. Bringing to the practice, the owner of a small business was interviewed and during the interview, it was possible to see the imbalance between the Entity's principle and the way of management of the company.

Key-words: Finances, small business, patrimony.

1. Introdução

A parte financeira de uma empresa revela-se importante em muitos aspectos, principalmente para a maximização dos lucros, fator que rege a maioria das empresas. Porém, em alguns casos, principalmente em pequenas e médias empresas, esse pré suporte pode ser questionado pela falta de recursos para investimentos ou simplesmente por repudiarem riscos.

Esse fato, faz com que os donos dessas pequenas empresas não deem a devida importância ao princípio da entidade, por vezes, misturando as contas pessoas, familiares e domésticas com as da empresa. Essa confusão acarreta erros durante a elaboração de demonstrações contábeis que são feitas posteriormente, geralmente ao final do exercício social, por um contador, que mesmo tendo qualificação necessária, enfrenta dificuldades para confeccionar com veracidade e autenticidade.

Essa ponderação é melhor evidenciada quando a teoria é confrontada com a prática, no momento em que se conhece o dia a dia de uma empresa ou pode-se conversar e questionar um empresário de micro ou pequena empresa, independentemente do ramo.

O objetivo geral desse artigo é identificar a ambiguidade existente entre uma Demonstração de Resultado de Exercício e a situação financeira real do proprietário de uma empresa.

2. Métodos e procedimentos de pesquisa

O estudo é de natureza aplicada, pois, como ressalta Meneses e Silva (2005, p. 18), os conhecimentos obtidos são direcionados a resolução de um problema específico e visa interesses locais.

A pesquisa é exploratória, segundo Gil (2002, p. 41) esse tipo de pesquisa objetiva uma maior familiarização com o problema, tornando ele mais claro e construindo hipóteses. Ele visa aprimorar ou descobrir ideias. Sendo flexível, permite o uso de levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos. O presente trabalho implicou tanto o uso de referencial teórico como de entrevistas para que o problema estudado fosse aprofundado, facilitando a obtenção e aprimoramento de ideias.

A abordagem é qualitativa, já que, de acordo com Dalfovo *et al* (2008, p. 9), “a informação coletada pelo pesquisador não é expressa em números, ou então os números e as conclusões neles baseadas representam um papel menor na análise.” Nesse caso considera-se como o principal foco a interpretação e perspectiva dos autores.

O estudo foi feito através de uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos, porém também foram investigadas Demonstrações de Resultado do Exercício de vários anos da empresa e posteriormente, com base no referencial teórico, foi elaborado e aplicado um questionário à proprietária do estabelecimento em questão, sendo esse subsequentemente transcrito e selecionado as partes relevantes para o presente estudo. Logicamente, a pesquisa, além de bibliográfica, é também considerada documental, sendo essa, segundo Gil (2002, p. 46), encontrada em diversas fontes e formas.

Adotou-se a tipologia de pesquisa indutiva, que, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 61), é o método que parte de uma premissa particular e leva a conclusões prováveis. As autoras apontam ainda que “o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam”.

O princípio da entidade diferencia o patrimônio da empresa do patrimônio pessoal, sendo que seu uso é amplamente defendido como devendo ser aplicável para todas as empresas. O presente artigo visa demonstrar se isso realmente ocorre na prática proporcionando uma visão mais ampla.

3. Importância do setor financeiro no sucesso da empresa

De acordo com Johnson (1974, p. 10) pode-se definir finanças como sendo o “ato de prover os meios do pagamento”.

Um dos setores que mais impactam no alcance do sucesso empresarial é o setor financeiro. De acordo com Santos (2010, p. 28) é justamente a administração financeira que tem sido de importância crescente para as empresas de pequeno porte. O autor define o objetivo da

administração financeira como sendo a busca à maximização da riqueza, principalmente através do bom gerenciamento da estrutura de capital da organização.

O mercado atual é de constante crescimento e globalização, fazendo com que ocorra um aumento na competitividade. Com isso, é relevante que as organizações tenham um maior planejamento e que seus gestores compreendam a importância de um processo de gestão mais eficiente e de estratégias mais bem definidas. É fato que uma correta administração financeira pode ser fator de vantagem competitiva, mesmo para as pequenas empresas. (CASTRO, 2015, p. 8)

A gestão financeira pode ser entendida como uma técnica utilizada para melhorar a operacionalização dos recursos financeiros, buscando sempre proporcionar o melhor resultado possível no que diz respeito a atuação da empresa. (OLIVEIRA *et al*, 2010, p. 2).

Nas micro e pequenas empresas é comum encontrar dificuldades na aplicação de teorias, métodos e técnicas de contabilidade e finanças, devido, principalmente, à disponibilidade limitada de recursos e à falta de acesso a alguns segmentos do mercado de capitais. (RATTNER *et al*, 1979, p. 71).

Moreno (2003, p. 15) apud Teixeira (2008) enumeram características de empresas familiares, principalmente, as da primeira geração, como é o caso da empresa estudada neste trabalho:

- a) Em primeiro lugar a dificuldade em separar aspectos intuitivos, emocionais e racionais, dando preferência ao intuitivo;
- b) A administração centralizada e única, por conta de reações rápidas em emergências;
- c) O autor ressalta também a postura do fundador quanto ao autoritarismo, que se autera em atitudes de paternalismo, que acabam tornando-se formas de manipulação;
- d) Confiança mútua em empregados mais antigos, independente de vínculos familiares, que influencia certos comportamentos;
- e) Em seguida realça que a estrutura tanto administrativa, quanto operacional são enxutas;
- f) Familiares exigem dedicação exclusiva, o que influencia fortemente comportamentos e decisões da empresa;
- g) A antiguidade supera a eficácia que a empresa necessita;
- h) Os empregados tendem a ser extremamente fiéis, podendo impactar negativamente no sentido de se tornarem excessivamente submissos e prosaicos;
- i) E por último o jogo de poder, que conta mais do que a competência.

Para as empresas menores normalmente é mais complicado ter um controle financeiro rigoroso, pois nessas empresas, em boa parte das vezes, quem faz o controle financeiro também é o responsável por controlar as demais áreas da empresa, fazendo com que este não de muita importância e foco para a questão financeira. (GITMAM apud FERNANDES FILHO *et al*, 2010, p. 24).

Este acúmulo de funções, além de comprometer o desempenho da empresa em geral, coloca o futuro da empresa nas mãos da sorte. O que não acontece quando a tomada de decisões é pautada em informações corretas, significativas, consistentes, formais e devidamente quantificadas. (HALLORAN, 1994 apud TEIXEIRA, 2008).

Castro *et al* (2015, p. 2) ressaltam a ideia apresentada pelo autor acima, dizendo que as Micro e Pequenas Empresas possuem uma estrutura que se diferencia das grandes empresas, pois não possuem departamentos bem definidos e pessoal profissionalizado. Pelo contrário, essas empresas na grande maioria são gerenciadas pelos próprios proprietários e por familiares, os

quais precisam resolver atividades de diversas áreas e acabam por optar pela terceirização de alguns setores da empresa, principalmente a contabilidade, que então passa a ser realizada por algum escritório contábil, resultando em uma precariedade nas informações e em decisões tomadas a partir da intuição dos gestores.

Dessa forma, é possível perceber que a boa gestão financeira é extremamente importante para a sobrevivência e sucesso de qualquer negócio. Segundo Oliveira *et al.* (2010, p. 8) “cada vez mais a gestão financeira está presente nas empresas. Algumas de forma ativa e eficaz, e em outras, nem tanto”.

4. Princípios contábeis

Os princípios contábeis são válidos para qualquer Patrimônio, independente de qual entidade pertencem. No caso do Brasil, esses princípios estão obrigatoriamente presentes nas Normas Brasileiras de Contabilidade. Segundo o Conselho Federal de Administração (2008, p. 20), “os princípios dizem respeito à caracterização da Entidade e do patrimônio, à avaliação dos componentes deste e ao reconhecimento das mutações e dos seus efeitos diante do Patrimônio Líquido”.

4.1. Princípio da Entidade Contábil

A contabilidade deve ser desenvolvida de acordo com os Princípios Fundamentais da Contabilidade. Esses princípios servem para nortear a contabilidade ao mesmo tempo que estabelecem um consenso durante a elaboração, que facilita a interpretação pelos usuários dessas informações. (MARION, 1998, p.38).

Um dos princípios mais importantes é o da Entidade Contábil, o qual destaca que os registros contábeis da entidade, seja ela empresa, instituição, clube, enfim, devem ser feitos distintamente do de seus donos (sócios ou acionistas). O Manual do Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 12) traz a seguinte definição a respeito do Princípio da Entidade:

Art 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Respeitando o Princípio da Entidade, segundo Santos e Schmidt (2005, p. 23) a remuneração dos administradores deve acontecer de forma fixa, através do pró-labore e de benefícios indiretos. Mas também poderá acontecer através da participação dos administradores no lucro líquido do exercício, sendo essa uma forma complementar de remuneração.

Porém, sabe-se que na prática, muitas vezes, esse princípio não é respeitado. Segundo Casas (1999 apud FREIRE; LEMKE; SOUZA, 2011, p. 6), nas empresas de pequeno porte, que em sua grande maioria são empresas familiares, os princípios do fundador acabam se incorporando aos da empresa. Cândido (1998, p. 7) completa essa ideia dizendo que o administrador da pequena empresa “acaba por influenciar a organização, dando-lhe seu próprio estilo em relação a características individuais”. O fato de haver uma mistura entre as características do administrador e da empresa faz com que exista também uma tendência de esses administradores confundirem o patrimônio empresarial com o pessoal.

Essa confusão patrimonial também ocorre devido à dificuldade de administrar os recursos financeiros de uma empresa. Penrose (2006, p. 82) ressalta que “há poucas dúvidas de que mesmo os empresários mais hábeis e persuasivos mostram-se às vezes incapazes de mobilizar recursos financeiros crucialmente necessários”.

5. Maximização dos lucros

A maximização dos lucros consiste em ações tomadas para aumentar o lucro da empresa, que envolve principalmente a parte de custos e a financeira, isso compreende que o proprietário da empresa tenha conhecimento dos gastos que formam seus produtos (ou serviços) e tome providências para minimizar os custos. Mas a maximização dos lucros envolve outros aspectos ainda como o tempo e a projeção futura. Sendo que obter o lucro é um dos principais propósitos das empresas.

De acordo com Penrose (2006, p. 76), nem sempre os empresários buscam obter maiores lucros se isso exigir grandes esforços. Segundo a autora, há muitas empresas que têm funcionado com sucesso, mas sem aproveitar todas as oportunidades que têm de crescimento. Isso não significa, necessariamente, que seus administradores não cumpram seu papel adequadamente, mas sim que seus perfis conservadores estão satisfeitos com lucros menores.

“Há muitos empresários [...] que nem sempre procuram obter maiores lucros no caso de isso exigir crescentes esforços, riscos ou investimentos da parte deles.[...] Há um número considerável de firmas que têm funcionado com sucesso durante várias décadas [...], mas que se contiveram em aproveitar plenamente suas oportunidades de expansão. Muitas delas são ‘firmas familiares’, cujos proprietários se satisfizeram com lucros confortáveis e não mostraram desejos de se envolver na obtenção de mais dinheiro ou na mobilização de capitais. (PENROSE, 2006, p. 76).

Porém, segundo Thompson e Formby (1998, p. 163 - 164), existem divergências a respeito da importância do lucro para a empresa. Os autores acreditam que existem dois enfoques, o primeiro enfoque “considera que a maximização de lucros é o motivo dominante na tomada de decisões empresariais e, portanto, a premissa de maximização de lucros é útil na construção de modelos de mercado e na previsão do comportamento da firma”. Já o segundo enfoque é contrário, afirmando que, por diversas razões, “as firmas não tentam maximizar seus lucros, e considerar que elas o fazem seria um erro”.

Todavia, é possível adotar uma posição intermediária, reconhecendo a existência de circunstâncias aonde a hipótese da maximização de lucros é adequada e circunstâncias aonde existem outros objetivos, além do lucro, que representam papel importante no momento da análise. (THOMPSON; FORMBY, 1998, p. 164).

6. Resultados e discussões

A pesquisa foi realizada em uma Micro Empresa do ramo alimentício localizada na cidade de Ponta Grossa - PR. A empresa surgiu no ano de 2009, conta atualmente com 5 funcionários e sua proprietária não tem formação na área administrativa-contábil, sendo que os membros da família da proprietária têm forte influência nas decisões tomadas pela mesma.

O gráfico a seguir foi elaborado com base nas Demonstrações de Resultado da empresa no período de 2010 a 2014. Uma Demonstração do Resultado do Exercício é, segundo Marion (2007, p. 34), “um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período”, geralmente correspondente a um ano e tem como principal objetivo evidenciar o lucro ou prejuízo em diversos níveis de resultado e obedece a um outro princípio, o da competência. Esse princípio afirma que receitas e despesas devem ser registradas

simultaneamente quando ocorrerem independente do momento do desembolso, sempre que se correlacionarem. (Conselho Federal de Contabilidade, 2008).

A DRE é um instrumento de gestão muito importante, pois segundo Silveira *et al* (2012, p. 96) ela oferece informações tais como a política de vendas da empresa, permitindo que seja feita uma análise do resultado das vendas, possibilita a conferência dos custos em relação as vendas, oferece uma firme noção da participação de encargos e impostos, além de sua principal finalidade que é de evidenciar se houve lucro ou prejuízo em determinado período. Por isso é tão importante que o retrato da empresa seja fidedigno. Silveira *et al* (2012, p. 101) ainda ressalta que a DRE pode e deve ser usada como forma de acompanhamento mensal, não necessariamente anual, por microempresas.

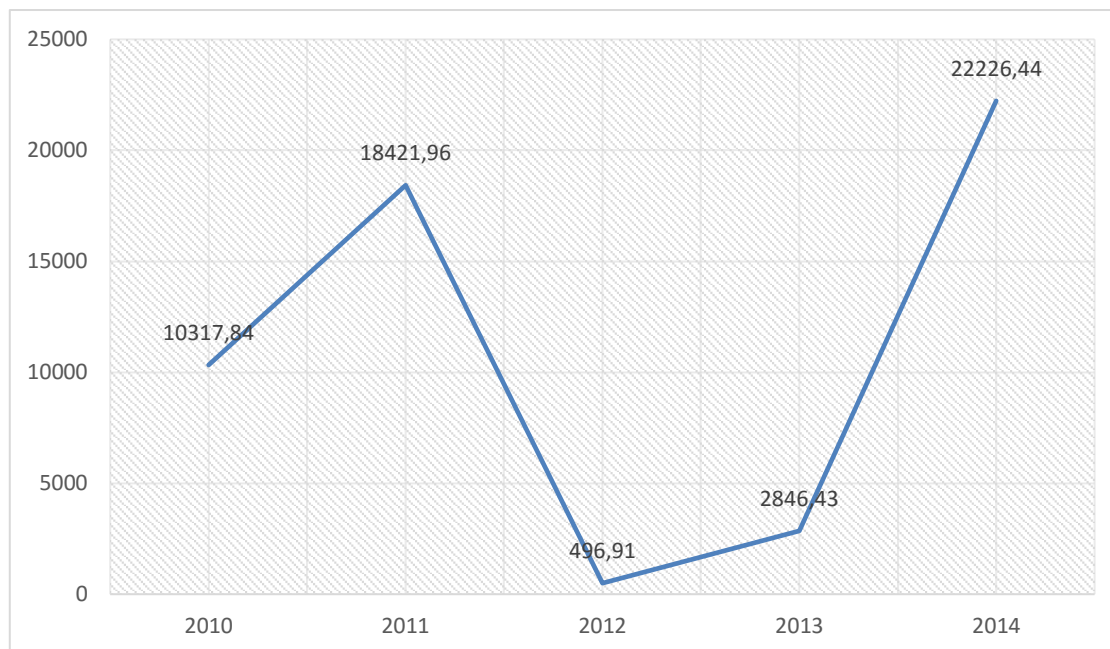


Figura 1- Lucro líquido do exercício no período de 2010 a 2014

O ano de 2009 corresponde ao início da atividade da empresa e não possui registros de Demonstração do Resultado do Exercício. O ano de 2015, segundo o contador responsável pela empresa, ainda não possui Demonstração do Resultado do Exercício finalizada.

No gráfico pode-se observar que entre 2010 a 2011 houve um significativo crescimento no lucro da empresa analisada. Porém percebe-se que no ano de 2012 ocorreu uma expressiva diminuição no valor do resultado do período e no ano de 2014 o crescimento foi retomado, sendo o maior valor registrado desde a abertura da empresa.

Para que a indagação à proprietária a respeito da veracidade desses dados fosse feita, optou-se pelo uso da ferramenta de pesquisa entrevista, por se tratar de uma amostra pequena e pela maior flexibilidade que esse instrumento proporciona em relação aos demais, além da possibilidade de obter um maior número de respostas, e ainda os esclarecimentos por parte do entrevistado podem ser sanados no mesmo momento, possibilitando ainda captar sua expressão corporal e a tonalidade da voz e da ênfase durante as respostas”. (GIL, 2002, p. 242).

A entrevistada afirmou que a empresa pesquisada é a sua única fonte de renda atualmente e é a base para o sustento de sua família. Com isso, ao analisar o gráfico apresentado, percebe-se que o lucro líquido, principalmente referente ao ano de 2012, em um primeiro momento,

aparenta ser insuficiente para sustento da proprietária, já que toda a sua renda provém da empresa.

A mesma, quando questionada sobre como era feito o controle financeiro da empresa, afirmou possuir um controle de gastos:

“Eu tenho um controle do que eu posso gastar, não gasto mais do que ganho naquele mês. Os gastos são anotados em uma agenda, o que sobra do que tive de faturamento no dia é depositado no banco e nos dias que têm conta pra pagar, é pago com esse dinheiro”.

Porém, de acordo com a micro empresária, o único controle é feito com base nas anotações feitas em uma agenda e não há um limite de gastos preestabelecido, apenas busca-se que os gastos sejam sempre menores que o valor arrecadado. Isso indica que, apesar de haver, de certa forma, uma maneira de controle, não há um planejamento propriamente dito.

A respeito do pró-labore, a mesma afirmou não possuir um valor fixo de retirada por mês. Além disso, também declarou usar o dinheiro da empresa frequentemente para pagar contas pessoais, pois segundo ela, “é daqui (empresa) que tiro meu dinheiro, eu pago as contas da empresa e o que sobra eu uso para pagar minhas contas”. Portanto, percebe-se que, nesse caso, o princípio da Entidade não é respeitado, pois o patrimônio da empresária se confunde com o patrimônio da empresa.

O Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 25) ressalta que “como não há transferência de propriedade, não pode haver formação de um novo patrimônio”. Porém, não é isso que ocorre na empresa pesquisada, pois o seu dinheiro é usado para constituir o patrimônio pessoal.

Ferraz (2013) alerta para erros comuns, como o erro de misturar as finanças pessoais com as da empresa, o autor enfatiza que é fundamental ter contas bancárias separadas, pró-labore e disciplina para não utilizar o dinheiro do caixa para fins pessoais.

Separar a pessoa física da pessoa jurídica é algo difícil para as empresas familiares, já que é comum esse tipo de empresa vincular a vida da família à empresa e o crescimento ou lucro dos negócios aos interesses e necessidades da família. Tornar uma família comum em uma família empresária é um desafio muito complexo (BERNHOEFT apud ALMEIDA, 2006, p. 17).

Quando indagada se os dados apresentados nas Demonstrações de Resultado da empresa referente aos anos de 2010 a 2014 coincidiam com a realidade, a mesma afirmou que acreditava que não, pois as demonstrações financeiras eram feitas apenas para fins de pagamentos de impostos, sendo as mesmas de responsabilidade do contador da empresa. A entrevistada também afirmou não compreender adequadamente as informações presentes tanto na Demonstração de Resultado do Exercício quanto nas demais Demonstrações Contábeis, demonstrando não ter um controle adequado.

Isso infere o princípio da oportunidade, o qual refere-se simultaneamente a tempestividade e a integridade do registro do patrimônio e de suas mutações (Conselho Federal de Contabilidade, 2008, p. 42). Mais especificamente falando, o erro está na integridade dos fatos, já que os dados apresentados na Demonstração de Resultado do Exercício não coincidem com a realidade de fato.

Além disso, as Demonstrações Contábeis, segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 25), são peças contábeis de grande importância para a obtenção de informações. E ao deixar de apresentar dados condizentes nas demonstrações contábeis, a empresa acaba

ficando impedida de ter uma análise correta e consequentemente isso pode influenciar nas tomadas de decisão do administrador.

Ressalta-se o estudo de Penrose (2006, p. 62), a qual afirma que nem todas as empresas necessariamente buscam a maximização dos lucros. A micro empresária afirmou estar satisfeita com o lucro atual, afirmando não pretender investir mais na empresa, devido ao fato de isso causar um aumento nas suas responsabilidades.

Ao ser perguntada se percebia ter um lucro maior do que o relatado nas demonstrações, a entrevistada afirmou que reconhecia isso, porém como não tem objetivo de fazer a empresa crescer, ela afirmou não ver importância em ter um controle melhor e maior, já que até o presente momento a empresa vêm satisfazendo suas necessidades e a sustentando.

7. Conclusões

A presente pesquisa apontou a importância da administração financeira, trouxe as definições a respeito dos princípios contábeis e da maximização dos lucros e verificou se isso realmente acontece na prática e se é adotada por todas as empresas.

Por meio da análise da Demonstração do Resultado do Exercício de uma empresa do ramo alimentício localizada na cidade de Ponta Grossa - PR, percebe-se que apesar de a empresa ter lucro líquido, esse lucro não aparenta ser alto. A partir disso buscou-se entrevistar a dona da empresa e verificar se os dados apresentados eram condizentes com a realidade.

Através da entrevista realizada com a dona da empresa, foi possível verificar que a empresa estudada não consegue perceber totalmente a importância de ter uma administração financeira correta. O fato de a entrevistada não ter formação alguma na área administrativa acaba por influenciar sua gestão, já que, além disso, a mesma afirmou não compreender adequadamente as informações contábeis.

Há um controle financeiro na empresa, porém ele não é tão desenvolvido. Não há um valor determinado de pró-labore, a micro empresária faz suas retiradas de acordo com a necessidade, sendo que após cumprir com as obrigações da empresa, o dinheiro vai para pagamento de contas pessoais. Isso fere o princípio da Entidade, provando que, apesar de esse princípio ser considerado muito relevante, não é adotado por todas as empresas.

Também foi possível perceber que não há o objetivo de fazer a empresa crescer, reafirmando a ideia trazida por Penrose (2006) de que nem todas as empresas visam a maximização dos lucros em todos os casos. A empresa estudada visa apenas manter o sustento de sua dona.

Toda a parte financeira da empresa é transferida para um contador, o qual nem sempre é capaz de apurar os dados com exatidão devido ao fato de a empresa ter um controle limitado. Isso faz com que os resultados apurados nas Demonstrações Contábeis não sejam, muitas vezes, coincidentes com a realidade.

Além do princípio da Entidade, a empresa infere outro princípio contábil, o princípio da Oportunidade, por não apresentar integridade na declaração dos seus fatos, já que a entrevistada reconhece que os dados presentes nas Demonstrações Financeiras não coincidem realmente com a realidade.

Referências

ALMEIDA, L. M. de. *O processo sucessório nas micro e pequenas empresas familiares: problemas e perspectivas*. Brasília: UniCEUB, 2006.

CÂNDIDO, M. S. *Gestão de Qualidade em pequenas empresas: Uma contribuição aos modelos de implantação.* 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Gestão de Qualidade e Produtividade. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998.

CASTRO, C. A. O.; SANTOS, E. M. S.; HIRAIDE, R. A. B.; GOMES, A.; LAMEU, M. A.; LIMA, I. G. *A gestão estratégica de custos como diferencial competitivo para Micro e Pequenas Empresas.* Revista eletrônica UNIFIA, 2014. Disponível em: <http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2015/gest_estrategica_custos.pdf>. Acesso em: 17 de agosto de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade.* Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Livro_Principios-e-NBCs.pdf>. Acesso em: 03 de jun. 2016.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. *Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico.* Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico.pdf>. Acesso em 6 de junho de 2016.

FERNANDES FILHO, O.; SOARES, K. G. R.; NASCIMENTO, J. P. de B.; MORAES, A. F. de O.; BORGES, G. de F.; TEIXEIRA, E. *Gestão financeira em Micro Empresas Familiares: um Estudo na Indústria Moveleira de Santa Cruz de Minas – MG.* VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2010. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/522_522_Artigo_Gestao%20Financeira_Final.pdf>. Acesso em: 07 de julho de 2016.

FERRAZ, E. *5 principais erros das pequenas empresas familiares.* Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/pme/noticias/5-principais-erros-das-pequenas-empresas-familiares>>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

FREIRE, J. R.; LEMKE, V.; SOUSA, A. C. *Mistura das contas pessoais e patrimoniais em micro e pequenas empresas: estudos múltiplos de casos no setor supermercadista de Santa Teresa - ES.* VIII Convibra Administração - Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 2011.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa.* 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em 7 de junho de 2016.

JOHNSON, R. W. *Administração financeira.* Tradução de Lenita Camargo Teixeira Vieira. São Paulo: Pioneira, 1974.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica - 5ª ed –* São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, J. C. *Contabilidade empresarial: a contabilidade como instrumento de análise, gerência e decisão, as demonstrações contábeis: origens e finalidades, os aspectos fiscais e contábeis das leis em vigor - 4.ed.* São Paulo: Atlas, 1991.

_____. *Contabilidade básica.* 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MENEZES, E. M.; SILVA, E. L. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.* Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3439.pdf>. Acesso em 6 de junho de 2016.

OLIVEIRA, H. C.; DELELLI, T. C. F. M.; SILVA, J. P. ; MARTINS, L. M. *A gestão financeira como instrumento de maximização de resultados das empresas.* Revista eletrônica de Ciências Empresariais. Ano 03, Número 06, Janeiro a Junho de 2010. Disponível em: <<http://www.unifil.br/portal/images/pdf/documentos/revistas/revista-empresarial/jan-jun-2010.pdf>>. Acesso em: 05 de mai. 2016.

PENROSE, E. *A teoria do crescimento da firma.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

RATTNER, H.; DURAND, J. C. G.; RODRIGUES, L. M.; MICELI, S. *Pequena e média empresa no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1979.

SANTOS, J. L.; SCHMIDT, P. *Contabilidade Financeira*. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, E. O. *Administração Financeira da Pequena e Média Empresa* – 2. Ed – São Paulo: Atlas, 2010.

SILVEIRA, I. L.; COSTA, J. M. DA; ARAÚJO, A. C. DE. *Gestão Financeira: manual do participante*. Brasília: SEBRAE, 2012.

TEIXEIRA, A. *A importância do planejamento financeiro em empresas familiares de pequeno porte*. Disponível em: < <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/a-importancia-do-planejamento-financeiro-em-empresas-familiares-de-pequeno-porte/23388/>>. Acesso em: 17 de set. 2016.

THOMPSON, A. A.; FORMBY, J. P. *Microeconomia da firma* - 6. Ed - Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil Ltda, 1998.